



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI
Rua Mal Floriano Peixoto, 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-00 - Fone: 42
2130-5101 - E-mail: vlus@tjpr.jus.br

OFÍCIO Nº. 0001760-96.2018.8.16.0174.0002

Processo: 0001760-96.2018.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Práticas Abusivas

Valor da Causa: R\$10.744,27

Polo Ativo(s): • MARIA AUGUSTA FERREIRA (CPF/CNPJ: 568.949.459-34)

Rua Leão Bartoski, 1124 - UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)

Avenida Álvares Cabral, 1707 - Lourdes - BELO HORIZONTE/MG - CEP: 30.170-915

União da Vitória, 17 de fevereiro de 2020.

ARMP

Ilmo. Sr.

PRESIDENTE DO INSS

Renato Rodrigues Vieira

Setor de Autarquias Sul Q. 2 Bloco O BL O - Asa Sul, Brasília - DF, 70070-946

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias, para que para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Atenciosamente,

Elvis Jakson Melnisk

Juiz de Direito

(assinado digitalmente)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PROJUDI
Rua Mal Floriano Peixoto, 314 - Centro - União da Vitória/PR - CEP: 84.600-00 - Fone: 42 2130-5101 -
E-mail: vlus@tjpr.jus.br

Autos nº. 0001760-96.2018.8.16.0174

Processo: 0001760-96.2018.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Práticas Abusivas

Valor da Causa: R\$10.744,27

Polo Ativo(s): • MARIA AUGUSTA FERREIRA (CPF/CNPJ: 568.949.459-34)
Rua Leão Bartoski, 1124 - UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)
Avenida Álvares Cabral, 1707 - Lourdes - BELO HORIZONTE/MG - CEP:
30.170-915

Deve a secretaria riscar a seq. 54.

Autos n. 0001760-96.2018.8.16.0174 e
0001761-81.2018.8.16.0174.

Vistos etc.

MARIA AUGUSTA FERREIRA ajuizou ação declaratória com pedido de indenização por danos materiais e morais em face de BANCO BMG S.A.

Em síntese, sustentou que realizou contrato de empréstimo consignado com a instituição promovida, mas foi surpreendida com descontos no seu benefício previdenciário, decorrentes de reserva de margem de cartão de crédito-RMC.

Argumentou que não contratou o cartão e, assim, considera indevido o desconto.

Ainda, afirmou que os descontos realizados mensalmente não abatem o saldo devedor, tornando a dívida impagável.

A promovida, a seu turno, sustentou em preliminar a existência de conexão entre as ações autos n. 0001761-81.2018.8.16.0174 e autos n. 0001760-96.2018.8.16.0174 e litigância de má-fé e no mérito em linhas gerais, a regularidade da contratação, que foi depositado na conta bancária da promovente a quantia de R\$1.035,56, valor este referente ao empréstimo realizado, e ainda assevera que a promovente realizou 02 saques, sendo um no valor de R\$988,56 e outro no valor de R\$236,28, sendo, portanto, legal os descontos, pelo que a improcedência do pedido de devolução em dobro se impõe. Igualmente em relação aos danos morais, uma vez que não praticou nenhum ato capaz de gerá-lo.

É a síntese do essencial.

Preliminarmente

Da existência de conexão

A promovida, sustentou em preliminar a existência de conexão entre as ações, autos n. 0001760-96.2018.8.16.0174 e autos n. 0001761-81.2018.8.16.0174, cujo o pedido foi decidido na seq. 22.1 dos autos n. 0001760-96.2018.8.16.0174, sendo declarada a conexão das ações.

Vencidas essas questões, ausentes nulidades ou outras preliminares e prejudiciais, passo ao mérito.

Do mérito

A matéria apresentada ao juízo deve ser analisada sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a parte promotora é considerada consumidora, na forma do artigo 2º da Lei nº. 8.078/90 (CDC) e o promovido fornecedor de serviços, consoante a disposição legal contida no artigo 3º da mesma legislação.

Embora tenha decidido anteriormente de outra maneira, atualmente filio-me ao entendimento adotado pela nossa Turma Recursal ao analisar inúmeros processos da mesma natureza.

Pois bem.

O empréstimo consignado em benefício previdenciário decorrente de contrato de cartão de crédito é expressamente previsto na Lei 13.172/15 (artigo 6º, §5º), sendo que a retenção da Reserva de Margem Consignável (RMC) é autorizada a contratos de empréstimo consignado por cartão de crédito, "desde que expressamente autorizada" (Instrução Normativa do INSS n. 39/2009, art. 3º, item III).

No caso em apreciação, o promovente não se desincumbiu do ônus de provar (CPC, artigo 373, I) a ocorrência de falha no dever de informação (CDC, artigo 6º, III) ou de algum vício do consentimento no momento da celebração do contrato.

O fato de acreditar estar firmando contrato de empréstimo consignado propriamente dito e posteriormente constatar que a cobrança se opera pelo desconto de fatura mínima junto a cartão de crédito consignado não invalida o negócio jurídico expressamente admitido por lei e com cláusulas redigidas de forma compreensível.

Além disso, em momento algum a promovente questionou ter sido compelida a assinar o contrato evidenciando, assim, a sua expressa adesão ao crédito consignado. Ainda o banco comprovou que efetuou o depósito em favor da promovente (seq.#17.3 e seq.#17.4 de ambos os autos).

Entretanto, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor.

Daí por que deve ser declarada a nulidade da cláusula contratual que permite o desconto contínuo de valor proporcional do mútuo pela fatura mínima do cartão sem data correta para quitação integral da dívida visto que:

a) estabelece obrigações abusivas (CDC, artigo 51, IV);

(CDC, artigo 51, XV); e,

b) está em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor

c) onera demasiadamente o consumidor (CDC, artigo 51, §1º, III).

A referida nulidade da cláusula contratual não invalida o contrato
(CDC, artigo 51, § 2º).

Em observância ao princípio da boa-fé objetiva (CC, artigo 422) e para evitar o enriquecimento ilícito da parte, uma vez que o valor do crédito foi depositado em conta corrente da consumidora, se faz necessário adequar o contrato nos seguintes termos:

a) o montante recebido à título de crédito pela parte promovente deverá continuar a ser objeto de desconto junto à margem consignável. O desconto, todavia, não se dará sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito, mas sim pelo saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC, tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, pois não há previsão no contrato (que prevê somente encargos para cartão de crédito), sendo esta a consequência do reconhecimento da abusividade da cláusula contratual.

Em síntese: os pagamentos já efetuados serão abatidos de eventual saldo devedor existente, prosseguindo-se os descontos pelo valor fixo já estipulado junto a RMC em tantas parcelas quanto suficientes para alcançar a quitação do valor já recebido pela promovente.

Por sua vez, não é cabível a restituição em dobro dos valores pagos (CDC, artigo 42, parágrafo único) porque não se afigura hipótese de engano justificável e muito menos de má-fé da instituição financeira.

Mas, havendo quitação com pagamento a maior, situação a ser aferida em cumprimento de sentença, deverá o montante residual que extrapolar o valor nominal ser restituído em dobro à parte promovente acrescido de correção monetária e juros legais (CDC, art. 42, parágrafo único, parte final), porque aí resta configurado pagamento indevido.

Da mesma maneira, não é cabível indenização por danos morais em face da absoluta ausência de provas de qualquer repercussão nos direitos da personalidade da parte promovente. Trata-se, na realidade, de mero prejuízo material, já compensado com a restituição dos valores pagos a maior.

No mesmo sentido, é o entendimento da Turma Recursal:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO COMPROVADO. DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO APENAS QUANDO DA EXECUÇÃO. DÍVIDA VIRTUALMENTE IMPAGÁVEL. ONEROSIDADE EXCESSIVA. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PERMITE DESCONTO CONTÍNUO DE VALOR PROPORCIONAL AO MÚTUO PELA FATURA MÍNIMA DE CARTÃO DE CRÉDITO. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. REVISÃO DO CONTRATO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. Recurso Inominado nº 0054219-85.2017.8.16.0182 1º Juizado Especial Cível de Curitiba (Matéria Bancária) Recorrente (s): NELSON FERREIRA JUVENAL Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Álvaro Rodrigues Junior. Recurso Inominado nº 0000279-20.2018.8.16.0103 Juizado Especial Cível da Lapa Recorrente (s): BANCO BMG SA Recorrido(s): LORECI DE FATIMA DOS SANTOS GODOI Relator: Álvaro Rodrigues Junior

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO Recurso Inominado nº 0021991-13.2017.8.16.0035 2º Juizado

Especial Cível de São José dos Pinhais Recorrente (s): Ilena Cardoso Pampuch Recorrido (s): BANCO BMG SA
Relator: Álvaro Rodrigues Junior.

Quanto ao pedido de condenação da parte promovente em litigância de má-fé, não se identifica o agir ardiloso da parte promovente, a ponto de configurar litigância de má-fé. Exerceu tão somente seu direito constitucional de ação e apresentou fatos que foram acolhidos em parte pelo juízo, logrando êxito parcial em sua pretensão.

À luz do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, formulado por MARIA AUGUSTA FERREIRA em face de BANCO BMG S.A. com fulcro no art. 487, I, CPC, a fim de:

a) DETERMINAR que ao promovido, no prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado adeque o contrato e os descontos, mantendo o desconto junto à margem consignável, sobre o saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC (e não sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito), tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00;

b) IMPROCEDENTE o pedido de condenação em danos morais.

c) IMPROCEDENTE o pedido da parte promovida de condenação da parte promovente em litigância de má-fé.

Como efeito secundário da sentença, determino que os valores pagos pela parte autora a título de Tarifa de Emissão de Cartão, Proteção Perda e Roubo, Seguro Prestamista, serão computados como parte da liquidação do empréstimo, vez que tais taxas não existem no empréstimo consignado propriamente dito, além do dever de evitar o enriquecimento ilícito.

Os valores cobrados a título de IOF em virtude de juros do rotativo, serão arcados pelo Banco requerido, uma vez que se a operação tivesse sido realizada apenas como consignado normal, incidiria uma única vez. Portanto, caberá a instituição financeira demonstrar de que forma efetuou a cobrança do IOF no valor depositado na TED. Caso haja cobrança após o crédito, esses valores deverão ser reembolsados à parte pelo requerido.

Verificada a quitação com pagamento a maior pela parte promovente, condenar a parte promovida à restituir o montante residual que extrapolar o valor nominal, em dobro, com correção monetária a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação, observado o prazo prescricional trienal (Recurso Inominado 0002240-87.2017.8.16.0181, 0013751-38.2017.8.16.0131 e 0025416-14.2017.8.16.0014).

Estabeleço o prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado desta sentença para a instituição financeira adequar o contrato e os descontos aos termos aqui definidos, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Expeça-se ofício ao Banco Central para ciência da irregularidade na captação de clientes fora da instituição bancária vedada pela Instrução Normativa nº 28/08 do INSS, artigo 4º, I, considerando a hipossuficiência e hipervulnerabilidade do requerente, na forma do Estatuto do Idoso, artigos 2º, 3º e 4º.

Expeça-se ofício ao Presidente do INSS para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas àquele órgão, eis que estão flagrantemente burlando nas leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04;

5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Intimem-se.

Sem ônus sucumbenciais, em decorrência do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, motivo pelo qual deixo de analisar eventual pedido de gratuidade.

Por fim, submeto a decisão ao MM. Juiz de Direito para fins do art. 40, da Lei nº. 9.099/95.

Transitada em julgado, arquivem-se.

Diligências necessárias.

Advirto às partes que nos Juizados Especiais todos os prazos serão contados em dias úteis, consoante a Lei nº. 13.728 de 31 de outubro de 2018 que incluiu o art. 12-A na Lei nº. 9.099/95 [1].

[1] Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

União da Vitória, 14 de fevereiro de 2020.

Carla Beatriz Carneiro Aleixo
Juíza Leiga

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8ME HJS6N P7LR3 Z2C5A





S.P.E.

 Nº _____

Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO



Destinatário: PRESIDENTE DO INSS
SAUS Quadra 2 Bloco O, 2
Asa Sul
70070-946 Brasília/DF



Data de Postagem
21/02/2020

AR

BO290433113BR



Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____

RPC

Remetente

Endereço

CEP

						-			
--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

Cód. 105010



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

Gabinete

DESPACHO

Gabinete, em 05/03/2020.

Ref.: Processo nº 35014.054766/2020-91

Int.: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA PR

A s s . : Solicita providências nas instituições financeiras conveniadas com o INSS - MARIA AUGUSTA FERREIRA/BMG.

1. Ciente.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para análise e demais providências.

SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA

Chefe de Gabinete da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 05/03/2020, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0443958** e o código CRC **3C715F31**.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.054766/2020-91.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5468318** e o código CRC **DF4086B8**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.054766/2020-91

SEI nº 5468318